

A IMAGEM NO INTERIOR DA ANÁLISE DE DISCURSO: APRESENTAÇÃO DE UMA POSSIBILIDADE DE LEITURA

Maria Aparecida Honório*
Renata Adriana de Souza**

RESUMO: Este artigo tem por objetivo expor a possibilidade de leitura de um texto imagético referente ao discurso cinematográfico, mais precisamente, mostrar o modo como a imagem possui uma significação própria, que pode ser pensada independente do discurso verbal, no filme brasileiro *Quanto Vale ou É por Quilo?*, de Sérgio Bianchi, que aborda questões de exclusão e exploração social. Nesta perspectiva, escolhemos utilizar como arcabouço teórico alguns pressupostos básicos da análise de discurso de linha francesa para mostrar o modo como a imagem, considerada como prática discursiva, está inscrita na história e produzindo seus efeitos de sentido.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de discurso; Cinema; Imagem.

THE IMAGE INTO THE DISCURSIVE ANALYSIS: PRESENTATION OF A POSSIBLE READING

ABSTRACT: This paper has aimed at expounding the possibility of reading of a image text referring to the cinematographic discourse, in fact, it aims at showing how image has its own significance, which can be analyzed regardless of the verbal discourse, in essay of the Brazilian film *Quanto Vale ou É por Quilo?* by Sérgio Bianchi, who deal with matters as exclusion and social exploration. In this perspective, we choose to use as theoretical approach some basic presuppositions of French discourse analysis to show how the image,

*Docente da Universidade Estadual de Maringá - UEM. E-mail: cecimaria@uol.com.br

** Mestranda em Linguística do Departamento de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá – UEM. E-mail: renatauem@yahoo.com.br

considered as a discursive practice, is inscribed into history and producing its meaning effects.

KEYWORDS: Discursive Analysis; Cinema; Image.

INTRODUÇÃO

Pensar a questão da exclusão social no Brasil é abordar um problema antiqüíssimo, presente em nossa sociedade desde que os portugueses aqui desembarcaram. Embora hoje tenhamos uma “nova pobreza”, novos processos sociais excludentes, nosso passado é abarrotado de capítulos referentes à dominação de vastos segmentos populacionais sem cidadania:

nossa cultura barroca de fachada, com base na conquista, exclui índios, camponeses no campo e, na cidade, migrantes, favelados, encortçados, sem teto etc., em uma fenomenologia bastante conhecida (MARTINS 1993 apud VÉRAS, 1999, p. 27)

Desde os tempos coloniais até o Brasil Império, perpassando as repúblicas – velha, nova, contemporânea –, processos sociais excludentes estão presentes em nossa história.

Podemos dizer que toda prática de exclusão social encontra-se diretamente relacionada às práticas de exploração de classes marginalizadas. A este respeito, Vêras (1999), nos lembra o que se institucionalizou como um sistema socioeconômico escravagista, que no Brasil perdurou do século XVI ao XIX, primeiramente utilizando a mão-de-obra indígena, em seguida, a africana. Com a proclamação da República, o trabalho árduo ficou a cargo dos imigrantes europeus, que inclusive eram mal remunerados. A exploração de mão-de-obra barata ocorria também nas fábricas, por meio da contratação, principalmente, de mulheres e crianças. Enfim, em todos os períodos de nossa história práticas sociais excludentes coexistiram com práticas de exploração, e este é um problema até hoje não solucionado.

Pensando nestas questões referentes à exclusão e exploração social e considerando ser este um assunto extremamente complexo, que deveria ser amplamente estudado e discutido por todas as áreas, já que atinge a sociedade em geral, gostaríamos de propor uma reflexão a respeito da maneira como tal temática está sendo abordada em *Quanto Vale ou É*

por Quilo? de Sérgio Bianchi, ou mais precisamente, verificar a maneira como os excluídos estão sendo discursivizados no filme. Dessa forma, os fragmentos que serão expostos têm por objetivo mostrar como é formulada a crítica social.

O filme de Bianchi aborda a problemática anteriormente exposta em dois períodos de nossa história: o período oitocentista, durante a escravidão, em que os fragmentos apresentados enfatizam a maneira desumana como os escravos eram tratados, excluídos e explorados enquanto seres humanos; e a contemporaneidade, em que a crítica referente ao período atual recai sobre o chamado terceiro setor de nossa sociedade, isto é, a forma como ONGs e instituições voltadas a ajudar classes excluídas e marginalizadas, na realidade as estão usando, explorando, com o objetivo de enriquecer. Por meio deste movimento entre o presente e o passado, ele vai produzindo a crítica social referente a estas duas questões, que na obra são tratadas conjuntamente.

A reflexão que será apresentada vai se ater ao discurso não-verbal. Escolhemos analisar as imagens pelo fato de estas, no cinema, possuírem uma significação própria e totalmente independente do (discurso) verbal. Elas significam enquanto linguagem, não podendo ser descartadas.

Estes fragmentos serão analisados através de alguns dispositivos teórico-analíticos da análise de discurso de linha francesa, como, por exemplo, o conceito de condições de produção, ou seja, os contextos sócio-históricos que permitiram a veiculação das imagens que serão apresentadas, tendo-se em vista que estas fazem referência a períodos distintos. Destarte, nossa proposta é verificar quais condições de produção (do período oitocentista e da contemporaneidade) permitiram, no filme, a utilização das imagens referentes à exclusão e exploração humana e, por meio disso, quais as memórias discursivas por elas suscitadas. Estas questões serão analisadas considerando a materialidade específica da linguagem imagética independente do discurso verbal.

2 CORPO EXCLUÍDO / CORPO EXPLORADO

A imagem de todo e qualquer tipo de exclusão foi extremamente naturalizada em nossa sociedade, tanto que, atualmente, duvidar de sua materialidade, de sua concretude, seria somente um jogo de retórica. Esta afirmação é tão assustadora quanto verdadeira. A maioria das pessoas parece ter se acostumado à imensa desigualdade social existente no Brasil e a todos os enormes problemas a ela associados.

Neste quadro de indiferenças existem exclusões concretas, excluídos de carne e osso, com nomes e sobrenomes, com idades, gêneros, sexualidades, raças, etnias, religiões, corpos polimorfos, classes sociais, gerações etc. Segundo Skliar (2003), estes grupos são apagados em suas subjetividades, ou seja, o excluído é considerado como um outro sem corpo e sem rosto, um outro cuja identidade se quebra, se fragmenta, se deteriora pela exclusão.

De acordo com o próprio autor, as ciências sociais e humanas abarcaram uma tendência de subcategorização das mínimas parcelas, em que a exclusão podia ser identificada, delimitada, purificada e inclusive autorizada:

[...] à lista tradicional dos excluídos de sempre – isto é, imigrantes, vagabundos, meninos e meninas de rua, delinquentes, marginais, viciados, gays e lésbicas – foram sendo agregadas outras listas para que todos tivessem à disposição seu próprio fragmento e/ou parcela de exclusão: por exemplo, os excluídos da abstração, da interatividade homem – máquina, da velocidade de resposta à informação, da flexibilidade para mudar de lugares de trabalho, entre muitos outros subterfúgios na produção e invenção na exclusão da alteridade (SKLIAR, 2003, p. 89).

A partir de toda esta instabilidade, as fronteiras da exclusão parecem se perder; multiplicam-se, oscilam, estão sempre em movimento, nunca permanecem quietas ou inalteráveis. Disto resulta um permanente controle sobre os corpos, as cores, as linguagens, as peles, as sexualidades, as territorialidades, as religiões da alteridade.

Todo este controle exercido pela exclusão sobre as alteridades ocorre por meio de um discurso de verdade e uma prática originada de um hipotético centro para algumas periferias imaginadas. Desse modo, todos podem ser excluídos de alguma situação e não o serem de outras. “Quando todo sujeito perde seu corpo, perde seu rosto ou quando lhe é negado todo corpo, todo rosto” (SKLIAR, 2003, p. 90).

Assim, a exclusão é o aniquilamento do outro, do seu direito de viver na própria cultura, na própria língua, no próprio corpo, na própria idade, na própria sexualidade etc. Mais do que tudo isso, a exclusão é uma norma, muitas vezes explicitamente legal, que impede o pertencimento de um sujeito ou de um grupo de sujeitos a uma comunidade de direitos - direitos estes, inclusive, à não-mesmidade, à diferença.

No interior dessa perspectiva, a exclusão deve ser considerada como um processo cultural que implica o estabelecimento de uma norma que proíbe a inclusão de indivíduos e de grupos em uma sociedade sociopolítica; como um processo histórico em que uma cultura, mediante um discurso de verdade, cria a interdição e a rejeita.

Um processo cultural, e não uma propriedade do sujeito; a criação de uma norma que proíbe, e não um atributo objetivo do sujeito; um discurso de verdade, e não uma fronteira explícita; a interdição do outro, e não seu isolamento voluntário: o termo exclusão, que foi naturalmente localizado no espaço individual do outro, parece deslizar-se na direção de uma dinâmica de relações sociais, culturais, políticas, lingüísticas etc. que enfatizam a ação até o sujeito, e não sua própria essência, seus atributos ou sua falta de atributos, sua responsabilidade ou sua irresponsabilidade (SKLIAR, 2003, p. 91).

Diante disso, percebemos uma mudança na focalização empregada pelo autor. Skliar (2003) deixa de falar em exclusão e começa sua reflexão a respeito dos discursos de verdade que a legitimam, que lhe dão corpo, valor e validade em um determinado momento da história. Trata-se de uma interdição cultural. Desse modo, poderíamos dizer que a exclusão é algo da cultura, ou melhor, de um fragmento pontual dela com um significado que não é natural, mas foi naturalizado. A exclusão é um mecanismo de poder centralizador que consiste em proibir pertencimentos e atributos aos outros.

Neste poder centralizador esteve pautada toda a organização do mundo, ou seja, todas as representações espaciais e temporais mantiveram-se embaçadas na relação exclusão/inclusão. Existem e sempre existiram indivíduos fora do mapa (o outro excluído) e indivíduos dentro do mapa (o outro incluído). Ambos foram/são determinados a partir de condições de produção e de contextos sócio-históricos específicos.

Em todos os períodos de nossa história processos sociais excludentes destituíram sujeitos de seus corpos, fragmentaram suas identidades, em prol de um poder que objetivava excluí-los da sociedade. Ao mesmo tempo em que isso ocorria este mesmo poder buscava métodos para investir nesses corpos excluídos; ou seja, o poder exercido sobre aqueles que se encontravam no centro da sociedade, incluídos, recaía sobre os corpos negados ao sujeito da exclusão.

Esta temática referente ao poder que se apossa, que é exercido sobre os corpos dos indivíduos, foi amplamente discutida em *Microfísica do Poder*. Nesta obra, Foucault (2004) vai expor importantes considerações a respeito do poder que é exercido sobre os corpos dos indivíduos em uma sociedade. Para o autor francês, a idéia de um corpo social só ocorre por meio da materialidade do poder sendo exercido sobre o corpo dos indivíduos. Mesmo quando existem pontos de vista e idéias de liberação, estes se fazem sobre esquadrinhamentos. Como exemplo, Foucault (2004) expõe que a consciência dos indivíduos em relação ao próprio corpo só foi adquirida por efeito do investimento do corpo pelo poder; mas como conseqüências surgem reivindicações do próprio corpo contra o poder, da saúde contra a economia, do prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor.

E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado [...] O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo [...] Lembrem-se do pânico das instituições do corpo social (médicos, políticos) com a idéia da união livre ou do aborto [...] Na realidade, a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares [...] e a batalha continua (FOUCAULT, 2004, p. 146).

Foucault (2004) afirma ser falsa a idéia segundo a qual as sociedades burguesas e capitalistas teriam negado a realidade do corpo em proveito da alma. Esta idéia não se sustenta devido ao fato de nada ser mais material, físico e corporal que o exercício do poder, pois em todos os períodos, desde o início do capitalismo em sociedades como a nossa, houve investimentos do corpo pelo poder, e estes últimos foram mudando junto com a sociedade: do século XVII ao início do século XX acreditou-se que este investimento deveria ser denso, rígido, constante, por isso foram aplicados terríveis regimes disciplinares. A partir dos anos de 1960 isto começou a mudar, percebeu-se que as sociedades industriais podiam se contentar com um poder muito mais tênue sobre o corpo. Desse modo, Foucault (2004) vai ressaltar que resta estudar de que corpo necessita a sociedade atual.

Todo este estudo possui uma dimensão diferente da marxista, ou mesmo da paramarxista. Em relação à primeira, a distinção ocorre porque os marxistas tentam delimitar os efeitos do poder ao nível da ideologia, e isto pressupõe um sujeito humano, cujo modelo foi fornecido pela filosofia clássica e seria dotado de uma consciência da qual o poder viria a se

apoderar. Para Foucault (2004), seria mais materialista estudar os efeitos do poder sobre o corpo, e não sobre a consciência.

Quanto aos paramarxistas, eles atribuem à noção de repressão uma importância exagerada. Se o poder só tivesse a função de reprimir, ele seria muito frágil. Sua força ocorre devido ao fato de ele produzir efeitos positivos no nível do desejo e, também, no nível do saber.

Quem coordena a ação dos agentes da política do corpo?

Em cada período aparecem agentes diferentes para coordenar. Houve a filantropia no início do século XIX, que deu origem a personagens, instituições, saberes etc., uma higiene pública, inspetores, assistentes sociais, psicólogos. Foucault (2004) ressalta existir uma proliferação de categorias de trabalhadores sociais.

3 AS RELAÇÕES EXISTENTES ENTRE PODER e CORPO DURANTE O PERÍODO COLONIAL NO BRASIL

Podemos dizer, baseados em Foucault (2004), que o corpo necessário ao Brasil do século XVI ao XIX foi o corpo sadio dos escravos.

A imagem de *Quanto Vale ou É por Quilo?* referente à exploração de classes excluídas durante o período oitocentista consiste em uma fotografia. É mostrado um senhor altivo com a mão no ombro de um escravo bastante robusto, simbolizando ser este último propriedade do primeiro, residente em seus domínios e devedor de total obediência ao seu “dono”.

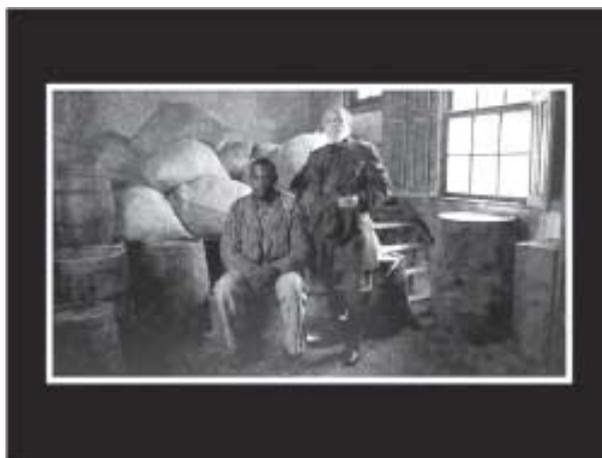


Figura 1. Senhor com seu escravo

Estamos aqui considerando a imagem na perspectiva de Orlandi (1995), como prática discursiva. Esta noção de prática discursiva permite que ela se aproxime, no funcionamento das diferentes linguagens, daquilo que constitui uma semelhança entre elas, e distinguir o que é lugar de diferenças constitutivas da especificidade dos processos significantes dessas diferentes linguagens.

Isto possibilita discutir o processo de produção de sentidos sem o efeito da dominância do verbal, já que não se fala em texto, mas em prática discursiva (verbal ou não). Ao falar em imagens considerando-as como práticas discursivas, estamos buscando restituir-lhes seus processos específicos de significância, tendo em vista que elas possuem corpo (materialidade) e têm o peso da história.

Propomos pensar a imagem exposta anteriormente como prática discursiva, pois ela é constituída por uma materialidade própria, possui historicidade e significação ao referir-se à época da escravidão no Brasil. Pela imagem percebemos que o escravo em questão encontra-se incorporado à propriedade e aos bens de seu senhor, é inclusive apresentado junto com as mercadorias. Ele é destituído de sua identidade de ser humano e reduzido à condição de “coisa”; seu valor está relacionado ao lucro que pode gerar. Ele está incluído enquanto “mercadoria”, porém excluído, negado, enquanto ser humano.

Este tipo de exploração, materializado no filme por esta imagem, retoma uma memória¹ que o legitimou por mais de três séculos em nosso país. As condições de produção desse período, que no Brasil vai do século XVI ao XIX, permitiram tal regime escravista, legitimando o exercício de poder sobre estes corpos cativos. Os discursos de verdade que autorizavam tal prática eram do tipo:

Diziam que o africano não se libertara do pecado original e invocavam o caráter civilizador e cristianizador da escravidão: trazer os negros da África para a América era realizar um ato de caridade, era libertá-los da barbárie, de um clima agressivo, de um estágio selvagem de civilização. Como diria o mesmo Álvares Machado, era praticar um ato de filantropia, tomando-os das mãos bárbaras de seus

¹ Memória aqui considerada pela perspectiva da Análise de Discurso, ou seja, o saber discursivo que torna possível todo dizer. Assim, tudo que já se disse sobre a escravidão possibilitou a apresentação dessa imagem. Este fato permite que alguns desses dizeres retornem em nossa memória de espectadores.

senhores, batizando-os e fazendo-os cristãos (QUEIROZ, 1987, p. 54).

Em vista destes discursos de verdade que legitimavam a prática escravista autorizavam o poder sobre os corpos desses escravos, o Brasil ficou dependente deste regime; ou seja, os corpos dos negros cativos foram o suporte da economia brasileira por todo o período em que se manteve a escravidão, em todas as áreas e setores de atividade, como a lavoura, serviços domésticos, aglomerações urbanas etc.

O grau de dependência do país em relação à escravidão pode ser comprovado com a afirmação do padre Vieira (1648 apud QUEIROZ, 1987, p. 21), em uma carta datada de 12 de agosto de 1648, na qual dizia: “Sem negros não há Pernambuco”. Tal afirmação enfatiza a dependência da então capitania e de toda a Colônia em relação ao escravo.

Os escravos eram absolutamente subordinados aos senhores, seus donos, e recebiam destes a classificação de “coisa”, “peça”, “mercadoria”. Assim, eles podiam ser vendidos, alugados, emprestados, hipotecados - submetidos, enfim, a todos os atos decorrentes do direito de propriedade. Podemos perceber a maneira como esse acontecimento foi sendo discursivizado por meio da imagem aqui mostrada, em que vemos um senhor de escravos fotografado em um local repleto de mercadorias e seu escravo sendo apresentado como uma delas.

Segundo Queiroz (1987), como os escravos foram reduzidos à condição de máquina, os impediram inclusive de agrupar-se. Este procedimento teve por objetivo que eles não tomassem consciência de suas condições. Assim, a lei recompensava quem delatasse seus companheiros, permitia a venda em separado de marido e mulher, assim como de pais e filhos, desestimulando a constituição da família.

Podemos perceber a maneira como este tipo de poder foi instaurado sobre o corpo dos escravos, e não em suas consciências, por meio da ideologia. O poder exercido sobre estes corpos cativos propiciou o desenvolvimento do Brasil durante o período colonial. Foi este mesmo poder que reduziu esses corpos à condição de “máquinas”, e quanto mais força tivessem essas “máquinas”, mais valiosas seriam. Antes de serem comprados, os corpos eram submetidos à degradante inspeção de compradores insensíveis, e quanto mais fortes e saudáveis fossem, mais valiam.

É certo que houve uma série de contestações de todos os tipos, mas tais faltas, quando controladas, resultavam em severas punições físicas.

Em síntese, os escravos foram necessários ao Brasil em todo o período colonial, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas. Desse modo, exerceu-se enorme poder sobre eles, proibindo-se qualquer contato maior entre eles, para que não adquirissem consciência de sua situação. O poder foi exercido sobre os corpos, e não sobre a consciência, a ideologia, e a menor falta ou contestação por parte destes escravos resultava em severos castigos. Percebemos que estes seres humanos foram destituídos de suas identidades enquanto seres humanos, por meio de um poder que os coisificava, objetivando um maior lucro e desenvolvimento capitalista, tanto para seus “proprietários” como para o Brasil de modo geral, pois a lei daquele período defendia a escravidão e os interesses dos senhores de escravo.

A imagem em questão faz retornar-nos à memória esses discursos referentes à maneira desumana como os negros foram tratados durante o período da escravidão, e assim produz a crítica social.

Podemos dizer que esta imagem explicita dois gestos de interpretação - um do produtor e o outro, do leitor. O gesto de interpretação do “produtor do filme” entrecruza uma memória histórica (visual) na relação com o discurso presente. Ao trazer esta imagem o sujeito-produtor tenta antecipar um gesto de leitura, a do sujeito-leitor, produzindo, assim, um efeito-leitor, pois ao olhar a imagem, nossa memória aciona um determinado conhecimento histórico referente às atrocidades cometidas contra os negros durante o período da escravidão no Brasil.

4 O CORPO EXPLORADO NA CONTEMPORANEIDADE

Nos dias atuais a exploração de classes excluídas atingiu outros níveis, muito mais sutis, visto que mudou nosso sistema econômico e social, como também a ordem do discurso. Atualmente, ser a favor, praticar ou consentir em atos de exploração social é algo abominado pela maioria da população, pelas leis que protegem os direitos humanos e até mesmo pela Igreja, instituição que, inclusive, foi favorável à escravidão. O sentido de exploração foi ressignificado por novas condições de produção.

O corpo necessário para ser explorado por muitos na contemporaneidade, nessa nova forma de sociedade, é o corpo deteriorado de classes excluídas. Desse modo, *Quanto Vale ou é por Quilo?* apresenta como o serviço social vem explorando essas classes excluídas. Uma das formas encontradas para extrair lucro das classes excluídas, como o próprio filme enfatiza, é representada por falsos projetos, criados por falsos trabalhadores sociais, que se apresentam como agentes destinados a reduzir as desigualdades existentes.

Atualmente, grande parte da exploração exercida sobre os excluídos é realizada por ONGs, entidades assistenciais e associações em todo o Brasil que dizem promover projetos de inclusão social. Estes órgãos constituem o terceiro setor em nosso país. Em meados da década de 1970, Foucault (2004) já falava do poder que estes agentes de políticas do corpo exerciam e como o número destes trabalhadores sociais crescia diariamente. Passados mais de 30 anos, o número destes agentes proliferou; a cada dia novas pessoas descobrem que, muitas vezes, trabalhar com questões voltadas ao social pode gerar lucros consideráveis.

Como já se ressaltou, este tipo de exploração constitui um dos núcleos centrais do filme, que tem por objetivo mostrar como os excluídos ainda são explorados em prol dos interesses de alguns. A obra de Bianchi expõe que, muitas vezes, instituições voltadas a promover serviços sociais não cumprem este papel, e as imagens abaixo enfatizam esta forma sutil, porém bastante eficaz, de exploração.



Figuras 2 e 3. Imagem de criança excluída e explorada

Este fragmento imagético faz referência ao trabalho de uma instituição voltada a ajudar e promover a inclusão social de crianças carentes; no

entanto, a partir do momento em que o filme apresenta estas crianças em molduras de luxo, como se fossem obras de arte valiosas, ele enfatiza o modo como elas são usadas, exploradas, para que a instituição em questão consiga aproveitar-se materialmente da situação.

O modo como estas imagens são apresentadas é o lugar de produção da crítica social como denúncia, enfatizando algo que ocorre no Brasil desde o início da colonização: a exploração de classes excluídas da sociedade. Por isso, esta crítica causa certo mal-estar no espectador ao expor a maneira como algo extremamente antigo e grave ainda ocorre, com grande frequência e certa facilidade, por meio de muitas instituições voltadas a promover inclusão em nossa sociedade. A crítica neste fragmento ocupa o lugar da estranheza, da desestabilização, por trabalhar em um jogo contraditório, deslocando sentidos: crianças com corpos deteriorados, pobreza/molduras de obras de arte, riqueza. Como crianças carentes, miseráveis, podem estar relacionadas a proporcionar riqueza? A possibilidade de pergunta nos diz algo a respeito da posição de inaceitabilidade a que o filme se filia e que está presente em nossa ordem social, pautada nas leis que protegem os direitos humanos e sociais.

Diferentemente da escravidão, em que os negros, para serem explorados, eram incluídos enquanto “mercadorias” e excluídos enquanto seres humanos, nesta nova conjuntura estes corpos devem, necessariamente, estar excluídos tanto como “mercadorias” quanto como pessoas, pois apenas assim poderão ser explorados pelo terceiro setor.

Podemos dizer, com base nos dois fragmentos apresentados, que o sentido de exploração se afirma, no filme, juntamente com o sentido de exclusão. Temos, assim, uma relação parafrástica estabilizada socialmente entre exclusão e exploração social cujos discursos são produzidos e atualizados no filme no contraponto entre dois recortes temporais.

Toda esta crítica social não aparece anunciada em *Quanto Vale ou É por Quilo?*, ela é mostrada e materializa-se por meio das imagens presentes no filme, e assim produzem o efeito de indignação. É importante mais uma vez enfatizar que a imagem possui uma significação independente do verbal, porquanto possui materialidade e historicidade próprias, constituindo-se, desse modo, como prática discursiva.

5 CONCLUSÃO

Com base nas questões formuladas anteriormente, percebemos que os excluídos de nossa sociedade são discursivizados em *Quanto Vale*

ou é por Quilo? como classes passíveis de exploração, podendo fornecer um lucro significativo a quem explora. Este fato é enfatizado como algo que sempre esteve presente em nossa sociedade.

É interessante observar, por meio das imagens apresentadas, a maneira como as relações de poder presentes em nossa sociedade mudam de acordo com as condições de produção de cada período sócio-histórico, mas não acabam. Como Foucault (2004, p. 146) observou, “a impressão de que o poder vacila é falsa, porque ele pode recuar, se deslocar, investir em outros lugares [...]” Isto é destacado, principalmente, pelo movimento entre presente e passado que a obra apresenta.

No que se refere à crítica social, ela é produzida como denúncia devido ao fato de a exclusão de seres humanos em nossa sociedade ser algo passível de exploração, ou seja, de haver condições para a produção destas práticas e destes discursos, sendo este um problema que se faz presente em terras brasileiras desde a colonização. Com isso, a obra constrói uma relação parafrástica entre exclusão e exploração social, ou seja, as duas questões são apresentadas de formas indissociáveis.

Não obstante, é importante mais uma vez destacar que essas questões não são anunciadas no filme, mas mostradas através das imagens que nele estão presentes. Por isso, escolhemos analisar a temática em questão por meio das materialidades não-verbais, que possuem um papel significativo no filme de Bianchi. Elas estão produzindo significados e, desse modo, não podem ser descartadas, visto serem as principais responsáveis por produzir esta crítica social como denúncia.

Gostaríamos de ressaltar que escolhemos apenas dois pequenos fragmentos imagéticos de *Quanto Vale ou É por Quilo?* e apresentamos uma possibilidade de análise; entretanto a obra dura, ao todo, quase duas horas, e apresenta muitas outras questões que podem ser analisadas, tanto no que se refere ao discurso verbal quanto ao não-verbal.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 20. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

ORLANDI, E. P. Efeitos do Verbal sobre o Não-Verbal. **Rua: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP – NUDECRI**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 35-47, 1995.

QUANTO Vale ou É por Quilo?. Direção: Sérgio Bianchi. Interpretes: Antonio Abujamra; Caio Blat; Herson Capri; Joana Fomm; Bárbara Paz. São Paulo: Agravo Produções Cinematográficas S/C Ltda, 2005. 1 DVD (104 min.).

QUEIROZ, S. R. R. **Escravidão Negra no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.

VÉRAS, M. Exclusão Social – um problema de 500 anos. In: SAWAIA, B. (Org.). **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SKLIAR, C. **Pedagogia (Improvável) da Diferença**. E se o outro não estivesse aí? Tradução de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.